

Autonomia às escolas e atenção às crianças viram exemplos de Minas

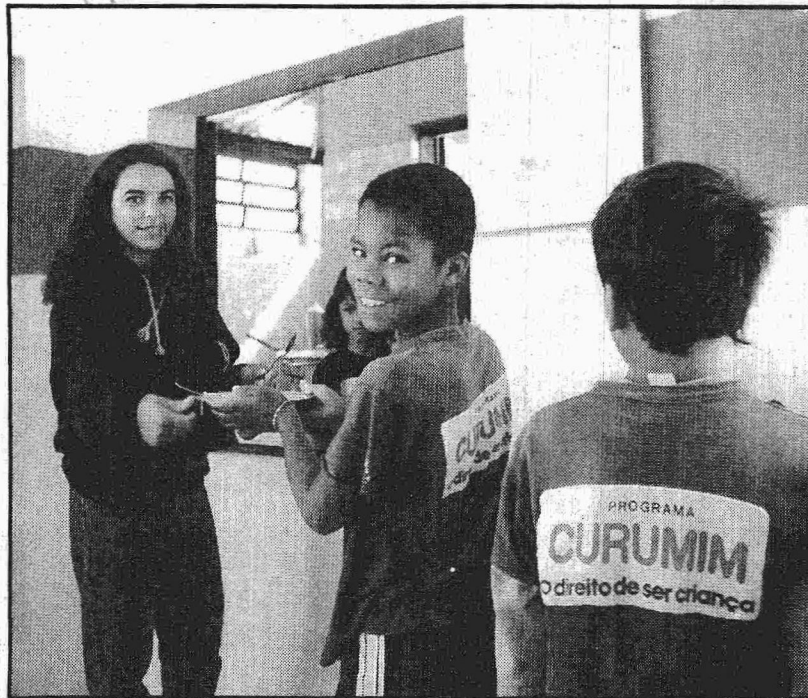
BELO HORIZONTE — Lugar de criança é na escola. Ou no Curumim. Essa filosofia, aliada à autonomia pedagógica e financeira das escolas, está mudando os rumos da educação em Minas Gerais. São dois projetos que, em julho, renderam ao Governo mineiro o prêmio Criança e Paz/Educação 1993, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O prêmio é fruto de dois projetos diferentes com o objetivo de melhorar o ensino nas escolas e manter as crianças ocupadas mesmo fora das salas de aula. O primeiro é da Secretaria de Educação, que em 1991 deu autonomia pedagógica e financeira às escolas, com eleição direta das diretoras pela comunidade. O outro — batizado de Projeto Curumim — é da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, que oferece a crianças de favelas da região metropolitana de Belo Horizonte atividades esportivas, artísticas e aulas de reforço durante as férias.

O projeto que deu autonomia às 6.500 escolas da rede estadual — com mais de três milhões de alunos — foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 1991. Desde então, os diretores das escolas são escolhidos em votação direta, da qual participam pais, alunos com mais de 16 anos, professores e funcionários das escolas. O diretor administra ao lado de um colegiado formado por representantes de alunos, pais, professores e servidores.

— Isso acabou com o clientelismo que existia antes, quando as diretoras eram indicadas politicamente e nomeadas pelo Governo — diz o secretário de Educação, Walfrido dos Mares Guia.

As escolas, segundo as normas do Ministério da Educação,



Em Vila Ideal, o projeto Curumim oferece alimentação às crianças da favela

ganharam autonomia para desenvolver seus programas pedagógicos e para gastar o dinheiro destinado a elas da maneira que julgarem melhor. Este ano, o Governo de Minas está repassando US\$ 30 milhões para as escolas. São US\$ 10 por aluno ao ano.

— Antes, para comprar uma cadeira, a escola tinha de pedir à Secretaria. Tudo era feito na base da política e da troca de favor. Agora, a agilidade evita a barganha e o desperdício de dinheiro — afirma Mares Guia.

Além de ter investido US\$ 150 milhões nesse sistema, o Governo de Minas assinou um convênio de US\$ 150 milhões com o Banco Mundial para desenvolver um programa de treinamento de professores e para a compra de material didático e equi-

pamentos. Anualmente, serão gastos US\$ 20 milhões no programa de treinamento dos 140 mil professores da rede estadual — desses, 13,5 já estão em treinamento.

O plano de cargos e salários dos professores levará em conta, além do tempo de serviço e do grau de escolaridade, o desempenho de cada escola. Para tanto, será enviado à Assembleia um projeto inédito no Brasil, propondo que sejam feitas, através de provas e questionários, avaliações de todos os alunos da rede estadual para apurar quais escolas precisam melhorar o rendimento.

— Com esse conjunto de medidas, esperamos reduzir o número de alunos repetentes na rede estadual, que hoje é de 700 mil — explica secretário.